

Nenhum dos objetivos pretendidos seria alcançado se não fosse o inestimável apoio que a Universidade, desde a fase de instalação, dava aos seus docentes em início de carreira, facilitando deslocações para pesquisa, contactos com orientadores e demais Professores de outras instituições, aquisição de bibliografia, frequência de bibliotecas. Guardo, assim, com afeto e gratidão, os nomes dos Reitores que a têm dirigido bem como os dos Diretores do então Departamento de Línguas e Literaturas Modernas, com quem me foi dado trabalhar. Muito fiquei também a dever aos Professores que em Coimbra nos davam uma sólida formação e ferramentas para investigarmos depois por conta própria, numa altura em que eu não sonhava vir a precisar tanto delas.

ROSA MARIA GOULART

O registo memorialístico tem destas vantagens: autoriza a subjectividade, encoraja os balanços, fortalece o auto-conhecimento, reconhece erros, arrisca opiniões a contra-corrente. Também tem desvantagens: patenteia a nostalgia e o sentimento de perda (os vários fins / mortes que abordei ou sugeri...), equaciona mal as mudanças geracionais, não está imunizado contra o alinhamento ideológico, filtra e sopesa os factos segundo os seus interesses, estriba-se em certezas que os anos desfocaram. Daí o meu pedido final: que não vejam nestas notas soltas e assaz simplificadoras mais do que uma viagem racional e emocionada a um passado profissional que senti necessidade de rever e clarificar.

FERNANDO VIEIRA-PIMENTEL



DIÁLOGOS DO LITERÁRIO



DIÁLOGOS DO LITERÁRIO

ESTUDOS EM HOMENAGEM
A ROSA MARIA GOULART
E FERNANDO VIEIRA-PIMENTEL

EDIÇÃO DE EDUARDO MOREIRA DA SILVA,
MARIA DO CÉU FRAGA E PAULO MENESES

CENTRO DE ESTUDOS HUMANÍSTICOS
UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Letras
Lavadas[®]
edições

DIÁLOGOS DO LITERÁRIO

ESTUDOS EM HOMENAGEM
A ROSA MARIA GOULART
E FERNANDO VIEIRA-PIMENTEL

EDIÇÃO DE EDUARDO MOREIRA DA SILVA,
MARIA DO CÉU FRAGA E PAULO MENESES

Ficha técnica

Título

DIÁLOGOS DO LITERÁRIO

Estudos em Homenagem a Rosa Maria Goulart e Fernando Vieira-Pimentel

Editores

Eduardo Moreira da Silva, Maria do Céu Fraga e Paulo Meneses

Edição

Centro de Estudos Humanísticos – Universidade dos Açores

Letras Lavadas, edições

Dezembro de 2021

Capa e Execução Gráfica

Nova Gráfica, Lda. – Ponta Delgada

Depósito Legal

493079/21

ISBN

978-989-53123-5-1

Alguns dos autores não utilizam o novo acordo ortográfico.

PUBLIÇOR – Publicações e Publicidade, Lda.

Rua da Praia dos Santos n.º 10 - S. Roque

9500-706 Ponta Delgada

Telefone 296 630 080 | Fax 296 630 089

E-mail: publicor@publicor.pt | www.publicor.pt

© Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução total ou parcial sem autorização expressa dos editores.

ÍNDICE

OS HOMENAGEADOS

Rosa Maria Goulart	xv
Fernando Vieira-Pimentel	xxxI

A HOMENAGEM

Ana Cristina Gil	3
Ontem e hoje: Pós-colonialismo e identidade em <i>A Noite das Mulheres Cantoras</i> , de Lídia Jorge	
Ana Luísa Vilela	17
João de Melo e Paula Rego: o corpo e a alma do vinho	
Carlos Reis	27
Narrativização do espaço e travessias do tempo: Cesário Verde, Bernardo Soares e José Saramago	
Darío Villanueva	51
Imágenes de la ciudad em la poesía y el cine de la vanguardia	
Eduardo Jorge Moreira da Silva	71
Da <i>divisio</i> do conceito de “arte verbal” e da literatura como ficção e imitação	

Emanuel Oliveira Medeiros	143
Educação literária, diálogos e fenomenologia. Do mundo original, do sujeito-indivíduo e do <i>indizível</i> na vida – que formação?	
Isabel Cristina Rodrigues	163
O anel de Giges: metalepse e contaminação ontológica em Vergílio Ferreira	
José Augusto Cardoso Bernardes	185
Sátira e utopia na literatura portuguesa de quinhentos	
José Cândido de Oliveira Martins	209
Dominantes do diálogo epistolar entre Jorge de Sena e Vergílio Ferreira	
Leonor Sampaio da Silva	233
Partidas de um discurso amoroso: os diálogos ocultos num guião de um filme	
Maria de Fátima Marinho	245
Espelhos opacos e biombo transparentes (a propósito de <i>A Ronda da Noite</i> de Agustina Bessa-Luís)	
Maria do Céu Fraga	259
Literatura portuguesa clássica: um saber inútil?	
Maria Helena Santana	281
Escrever <i>em português e portuguesmente</i> : um olhar sobre a dramaturgia inédita de Garrett	
Maria Madalena Marcos Carlos Teixeira da Silva	299
Poética da açorianidade em <i>Mau Tempo no Canal</i>	

Mário Viana	309
A ochava nos foros de Ribacoa e no tombo da comarca da Beira (séculos XIII-XIV)	
Oswaldo Manuel Silvestre	321
Duas semanas na ilha do Corvo	
Paulo Meneses	333
<i>Menina e Moça</i> de Bernardim Ribeiro: vocalidade fictiva e terapia dos acidentes da alma	
Rui Sampaio da Silva	349
A mimêsis como categoria estética e hermenêutica	
Rui Tavares de Faria	363
Ágaton e Aristófanes: O trágico e o cómico em diálogo	
Urbano Bettencourt	385
De naufrágio a naufrágio — a autobiografia de Ruben A.	
Vítor Aguiar e Silva	401
Significado literal e significado metafórico	

Literatura Portuguesa Clássica: um saber inútil?

Maria do Céu Fraga
Universidade dos Açores | FCSH
CEHu / CLP

*Tive a sorte de se encontrarem entre os docentes do primeiro ano do meu curso na Universidade dos Açores dois jovens assistentes que gostavam de literatura e faziam os alunos acreditar no poder dos livros e da poesia para interrogar o mundo.
Agradeço-lhes agora.*

Se a Literatura Portuguesa conhece dias pouco felizes no ensino universitário, o estudo da Literatura Portuguesa de épocas que não sejam a contemporânea enfrenta uma situação de maior fragilidade ainda. Como causa desse estado é usual apontar-se um motivo que se considera evidente e que, provindo da própria natureza humana, se diria não ter solução nem remédio, o que tornaria ociosa qualquer reflexão: a mudança dos tempos e da sociedade. Aliás, os próprios poetas, almas sensíveis e, como os filósofos, dadas à reflexão sobre o que mais directamente afecta a vida, têm insistido em glosar o tema sob as mais variadas formas para fazerem convergir as suas observações na ideia de que os tempos mudam e, com eles, as vontades, individuais ou colectivas.

Aparentemente, dada a força do argumento e a autoridade das musas, teríamos de nos render; no entanto, estamos em crer, a partir do momento em que se analisar com maior acuidade este juízo e

se pensar na natureza da mudança a que assistimos, ver-se-á que a razão invocada não tem a força cega da fatalidade, nem as suas actuais consequências devem deixar de ser combatidas, sob pena de abdicarmos de uma parte da nossa identidade cultural e de uma missão que cabe à Universidade cumprir.

Limitemo-nos, de momento, a apresentar alguns motivos desta nossa crença, que fundamentam também a ideia de que o estudo desta disciplina na Universidade corresponde ao ideal de formação de indivíduos autónomos e activos que norteia a nossa sociedade. Não esqueceremos que os estudos literários podem conduzir à obtenção do ideal clássico da felicidade, que, entre outros objectivos, é expressamente consignado nos finais do século XI nos estatutos da fundação da primeira universidade europeia e que, sob outras designações, tem acompanhado a sua história.

Para isso, comecemos por aceitar como verdadeira a inevitabilidade da mudança: não há que negar um real distanciamento entre dois tempos, aquele que deu inicialmente significado aos textos dos séculos XVI, XVII ou XVIII e o nosso próprio tempo. Porém, encaremos esse distanciamento como um factor positivo, uma vez que nele se encontram motivos de uma proximidade insuspeitada e de valorização da época clássica, a partir do momento em que desfizemos alguns preconceitos comuns nos nossos dias, que celebram a alteridade, apesar de manifestarem pouca flexibilidade perante o que não se oferece a uma compreensão imediata e, por conseguinte, valorizarem o mundo próximo, contemporâneo, de forma exagerada e talvez irreflectida.

O motivo principal de desconfiança e de menor apreço pela literatura portuguesa clássica residirá provavelmente na denominação “clássico” e na imagem que a palavra oferece hoje, confundindo os diferentes traços de significação que a podem preencher. Com efeito, depois de ter sido talvez o epíteto mais ambicionado por qualquer escritor, agora, numa época que se mostra pouco propícia

às instituições tradicionais ou canónicas e interroga, quando não contesta, não só o cânone instituído como a própria legitimidade de erigir padrões e modelos, “clássico” parece não configurar um valor actualizável, mas antes identificar-se com o antigo, o fora de moda, vencido de cada vez em que se reactiva a continua discussão entre antigos e modernos¹.

A ideia acentua-se mais ainda se ao clássico se associam os séculos XVI, XVII e XVIII, e a rigidez de um cânone fixo, constituído em épocas em que imperava a confiança absoluta num gosto intemporal e na universalidade dos juízos estéticos². Esses juízos sentem-se herdados de séculos anteriores, em que foram formulados por pessoas de reconhecido bom gosto, que conciliavam o interesse individual e o colectivo. Ora a desconfiança acerca deste “bom gosto” faz-se sentir a partir do momento em que se detectam nos seus alicerces critérios que, não tendo sido erigidos nos nossos dias, não são consentâneos com os padrões actuais, e, portanto, só conseguem ser interpretados através de uma perspectiva histórica. Assim, por exemplo, tanto a valorização de padrões estéticos e culturais estabelecidos pela tradição, como a aprendizagem e aceitação de regras antagonizam o individualismo predominante nos nossos dias.

Nos seus traços essenciais, o cânone da literatura portuguesa clássica foi-se forjando nos repositórios bibliográficos dos séculos XVII e XVIII, tendo-se a sua articulação histórica firmado no século

¹ Analisando as relações entre antigo, clássico e moderno ao longo da História, Jauss define “modernidade” como a “autoconsciência de nosso tempo como época em oposição ao passado”, considerando ter-se iniciado a nossa actual modernidade em 1848, data em que Baudelaire forjou o próprio neologismo “modernidade” (cf. “Tradição literária e consciência da modernidade”, publicado pela primeira vez em 1970 e recolhido agora em Jauss, 1996).

² No dizer inesperado e exacto de Steiner (2011, p. 30), que segue o hábito linguístico corrente, uma obra clássica é aquela que “relê” o seu leitor, que “nos interroga cada vez que a abordamos”; no entanto, damos aqui ao significado de clássico” uma dimensão histórico-literária, pelo que a palavra exigirá que essa obra tenha sido escrita nos séculos XVI, XVII ou XVIII.

XIX, em épocas em que à crítica e à história literária presidia um intuito nacionalista muito forte, que se veio a prolongar pelo século XX (Cunha, 2002). Tanto a geração liberal-romântica como as seguintes conseguiram rever-se na grandeza e nas adversidades da literatura do século XVI, depreciaram os caprichos do barroco e a frieza neoclássica, e, alterando o fortíssimo desejo de universalismo dos clássicos, neles procuraram a expressão inequívoca da alma nacional. A história da literatura permitiu solidificar um sentimento de nacionalismo que não se adequa, nem política nem socialmente, aos nossos dias, abolido que está, ou, pelo menos, esbatido, o conceito de “alma nacional” e em que à divisão imposta pela fronteira se sucede a perspectiva de globalização de um mundo composto por inúmeras aldeias. Nesse sentido, a crítica actual não tem conseguido reler desapaixonadamente muitos escritores, nem integrá-los na tradição da história literária, pelo que imprime às suas interpretações um ferrete excessivamente marcado pelo nosso próprio tempo e por uma mentalidade política e cultural que lhe é própria.

Talvez seja sobretudo a incapacidade de descentração do nosso próprio tempo e das suas preocupações mais imediatas o factor que leva ao desinteresse pela literatura. Ou, mais exactamente, pela “grande literatura”, aquela em que, sobre um fundo de condicionalismos momentâneos, emerge a condição humana, na sua miséria e na sua grandeza, e valores que, em última instância, permitem redimensionar e conhecer o próprio homem, interagindo com os contemporâneos. Ora, essa literatura exige o recolhimento e o silêncio que a sociedade dos nossos dias desvaloriza e recusa a cada indivíduo, e que por vezes a própria Universidade não consegue compreender³.

O espaço dado à literatura preocupa também os escritores. Num colóquio que procurava compreender os vários rumos que a cultura

³ Encarando com uma ironia desencantada, e por vezes corrosiva, a transformação dos estudos literários na Universidade, Harold Bloom traça um quadro sombrio do futuro em “Uma Elegia em louvor do Cânone” (Bloom, 2011).

portuguesa trilha, Agustina Bessa-Luís apresentou uma palestra sob o título “Para onde vai a literatura em Portugal?”, em que expôs com vigor o seu ponto de vista⁴. Numa análise perspicaz, referiu-se sinteticamente a algumas mudanças que considerou fundamentais na sociedade portuguesa das últimas décadas, procurando mostrar como elas afectam a literatura ao atingirem tanto a leitor como o próprio autor. Segundo observou, a “febre do *next*” invadiu a tradicional calma portuguesa, impondo-nos, a par da “resistência ao discurso transcendente” e da “puerilidade social”, uma agitação constante, naturalmente hostil ao silêncio e ao recolhimento necessários à fermentação de um “clima literário”. No fundo, com nostalgia e sem o referir expressamente, Agustina Bessa-Luís falava do ócio que os escritores e os homens cultos da época clássica tanto prezavam e associavam a um conceito de formação integral, à felicidade proporcionada pelo conhecimento e pelo crescimento pessoal que as humanidades facultam.

São conceitos e aspirações que os nossos dias pensam menosprezar e que se vêm a resumir na construção do equilíbrio pessoal proporcionado pelo ócio, numa felicidade individual sem relação imediata com a actividade produtiva (o *negócio*, se quisermos tomar a oposição consagrada no mundo antigo). A imagem de progresso e valorização pessoal que o “ócio cultivado” prodigaliza não é já socialmente aceite, ou, pelo menos, está esquecida, tal como estão também reorientadas as formas de preencher os momentos de vagar, que se traduzem agora em lazer e actividade física, na procura de aventura que surge como forma de compensação para o tempo ocupado pelas rotinas do trabalho.

Parece ter-se entrado numa situação que não estará muito longe da consciência alarmada com que o final do século XIX se apercebeu de se ter esquecido da vida, absorvido que estava na

⁴ O debate desassombrado que se lhe seguiu encontra-se também em Bessa-Luís (2001). Citámos da p. 11.

tentativa de a melhorar e de lhe descobrir um sentido através da reflexão e das letras. Nessa altura, o desencanto foi registado entre nós, de forma paradigmática, no Jacinto parisiense e cidadão de Eça, que conseguirá afinal harmonizar a cultura e o requinte da técnica com a “vida em acto” na sua quinta, afastando assim, com sentido prático, a ideia condensada pelo escritor em crónica de 1891 de forma aforística: “quanto mais uma sociedade é culta – mais triste é a sua face”⁵.

De certa maneira, a consciência aguda do perigo de um progressivo distanciamento dos estudos literários, e até da própria literatura, dos seus objectivos primeiros, e com esse afastamento, de desagregação do significado humano da actividade intelectual, despertou, nas últimas décadas do século XX e nestes anos iniciais do XXI, uma reacção que se vinha anunciando desde meados do século XX. O *fim* e a *morte* da literatura sentiam-se como ameaça que abrangia também outras áreas dos estudos humanísticos, como sejam a História e a Filosofia. Com efeito, têm-se sucedido as análises, muitas vezes suscitadas por colóquios ou expressas em escritos de acentuado registo de autobiografia intelectual, em que, com mais acesa paixão ou desencanto, e com acentuada fundura analítica, homens de cultura e intelectuais procedem ao balanço das alterações sofridas pelo entendimento e atribuições da cultura humanística, e do lugar central que nela desempenham o livro e a literatura.

Em 2007, Pierre Bayard explora um certo tom provocatório, subversivo até, ao intitular um livro seu *Comment parler des livres que l'on n'a pas lus?*, e parece divertir-se ainda quando sublinha explicitamente o contra-senso da proposta fazendo surgir o volume na colecção “Paradoxe”. Qualquer pessoa ligada aos estudos literários não poderá deixar de entender a pergunta como uma provocação ou um aliciamento intelectualmente desonesto,

⁵ São ideias que Eça de Queirós registou em “A decadência do riso” (Queirós, 2000, p. 296).

mesmo se pode ser agradável a pressuposição de que a literatura é um tema de importância social, que os livros ocupam um lugar nas preocupações sociais. Aliás, o êxito do título permitiu-lhe retomá-lo, pelo que pouco tempo decorrido, surgiu *Comment parler des lieux où l'on n'a pas été*, em que Bayard se ocupou da relação do escritor com as terras que descreve, e onde por vezes nunca esteve, e que nem teve interesse em conhecer, preocupando-se antes em captar indirectamente “l' esprit du lieu”.

Fundamentalmente, Pierre Bayard procura mostrar a importância de adaptar a leitura aos interesses e necessidades individuais, que supostamente não exigem o rigor analítico e cultural que o estudo literário da obra implicaria. A perspectiva exposta sugere que a cultura não terá capacidade de se tornar significativa, sendo a leitura ingénua aquela que resistirá ao esquecimento. O que não se refere, no entanto, é que o amadurecimento pessoal que Pierre Bayard, professor de literatura mas, sobretudo, psicanalista, vê como essencial, se conseguirá até sem o livro, provavelmente; mas é um objectivo que poderá ser também atingido, com eficácia, através de uma leitura bem orientada. Com efeito, o objectivo do leitor imaginado por Bayard será compreender a sua própria vida, num processo metaforicamente convertido em ler o seu próprio livro, isto é, ler-se a si próprio. Falar do livro não lido é descobrir-se a si próprio, falar como quem confia as suas emoções e pensamentos a um diário íntimo.

As observações de Bayard mostram-no detentor de uma cultura literária vasta, adquirida por um caudal copioso de leituras meticulosas e orientadas, o que não será o caso do público a quem se dirige. A acção do esquecimento, que considera um direito fundamental, é de facto inevitável, constituindo um mecanismo psicológico da máxima importância na valorização das nossas vivências, mas a verdade é que os argumentos que desenvolve, se levados à letra, conduziriam a um egotismo terrível, que a literatura, por

natureza mesmo, costuma combater, ao desenvolver no leitor a capacidade de se outrar e de recriar situações e personagens. E no fundo, vê-se que os seus argumentos são suscitados pela tentativa de dar à leitura um carácter menos escolar e menos orientado, mais liberto do peso da erudição e das expectativas sociais (um pouco na linha “revolucionária” em que Daniel Pennac concebeu *Comme un roman*⁶).

Não será legítimo argumentar que é indiferente ter ou não lido um livro, invocando que a nossa memória é limitada, incapacitando-nos de o reproduzir, ou que fixaremos apenas alguns pormenores em que descobriremos significado. Aliás, se aceitarmos esse argumento, não estaremos em melhor posição para compreender a obra camoniana do que quem, com paixão, discutia no século XIX a terra de origem de Camões, os parentes de Camões, os desterrados de Camões, mas nem lia a sua obra, nem disso sentia necessidade para proclamar Camões “Príncipe dos Poetas”.

Confiemos, no entanto, em que não seja essa função e esse sentido adoptado pela literatura que nos permite dizer que ela não morreu. Porque, por outro lado, dir-se-á que a presença do livro se generalizou. Edita-se muito entre nós, como de uma forma geral, nos principais centros culturais europeus e americanos, e os mais optimistas lembram que, nos nossos dias, não é necessário ir a uma livraria ou a uma biblioteca para ver livros, uma vez que até nas estações dos correios e nos hipermercados eles se vendem (e ainda não há muito tempo, em cidades e vilas de província, também havia lojas ditas “de utilidades” em que se encontravam alguns “clássicos” a par de artigos de mercearia e retrosaria). Mas a verdade é que os adultos que os compram agora os escolhem atraídos pela capa, e

⁶ Dado à estampa em 1992 pela editora Gallimard, o livro de Pennac pode considerar-se paradigmático da actualidade. Em análise arguta sobre a função e características da leitura na sociedade actual, Carlos Reis (2006) toma-o como exemplo da atitude relativista própria do pós-modernismo e da hostilidade ao esforço necessário à construção do conhecimento humanamente significativo.

os adquirem sobretudo para os oferecer a crianças, com a ingénua pretensão de assim lhes criar os hábitos de leitura que eles próprios não têm, ou a fim de as entreter, no mesmo espírito com que as deixam nas bibliotecas públicas para, sob a vigilância segura de funcionários e rodeados de estantes cheias de livros coloridos e bem ilustrados, brincarem às construções e ao monopólio, enquanto aguardam que chegue a sua vez de jogar nos computadores. Afinal, é bom que se entretenham com actividades úteis, e mexer os dedinhos depressa sobre o teclado ou navegar na internet são treinos proveitosos para as tarefas da vida futura.

Na verdade, há necessidade de distinguir duas realidades que pareciam inseparáveis até há pouco tempo: por um lado a literatura, por outro os estudos literários. A “crise” não será da literatura, que continua a ser cultivada e a interessar o público, mas antes dos estudos literários, que procuram argumentos para justificar a sua existência e interesse numa sociedade que sopesa as suas opções pela utilidade prática e pelos resultados imediatos das actividades. É que, se a sociedade admite a arte (ainda que possa ser uma perda de tempo, o prejuízo será individual, o escritor será o único prejudicado), tornou-se pouco atreita à inutilidade da especulação e da análise ociosa a que se dedicam os estudos literários e as humanidades em geral.

Contraditoriamente, quando a comunidade académica passou a encarar os estudos literários como disciplina que se firmou e ganhou autonomia, entre o público mais geral parece estar a desaparecer a própria noção de estudos literários como área do saber válida por si mesma. É o que se poderá concluir quando se verifica que livrarias conceituadas, e algumas até com tradição editorial no campo literário, deixaram de ter entre as prateleiras e expositores a secção abundante que era por norma consagrada à história, crítica e teoria literárias, encontrando-se agora os livros relativos a matéria literária dispersos em secções como “história”, “cultura”, um generalíssimo “ensaios” ou, no caso de se adivinhar um parentesco entre o seu tema

e os autores e obras dos programas do ensino secundário, um mais vendível “ensino”.

Na secção “literatura”, encontram-se as obras literárias, oferecendo-se directamente ao público e afastando a ideia de que possa haver mediação – e valoração externa, portanto — entre o autor e o leitor, entre quem escreve e quem frui do livro numa experiência emocional directa. Aliás, esta tendência a eliminar o crítico já se desenhava há décadas, e contra ela se manifestaram os próprios escritores. Assim, por exemplo, em 1969, na sessão de abertura de um colóquio centrado na literatura e no seu ensino, promovido por Todorov e Doubrovsky: ainda antes de este último expor, na sua perspectiva de professor, os motivos que o levavam a defender o ensino da literatura, Bernard Pingaud mostrou como, do seu ponto de vista de escritor, se torna estimulante escrever para um leitor informado, a quem a crítica e o ensino despertaram a atenção para as próprias circunstâncias da escrita, para os processos de significação a que os escritores recorrem e que, por isso, poderá atingir significados ocultos sob os mais evidentes (Pingaud, 1971).

Nos nossos dias, entre o público, aceita-se que o crítico seja apenas um leitor desperto, alguém que fale na comunicação social de livros como falaria de viagens ou culinária, de política internacional ou de comércio interno. Exige-se, sim, que seja alguém comunicativo e que as leituras apresentadas, mesmo que de um ponto de vista técnico possam ser ingénuas, tenham o condão de integrar as obras na rede de preocupações actuais e num enquadramento cultural mais vasto do que o simples contexto literário. No fundo, como alguns “clubes de leitura”, esta crítica mundana prova que a literatura continua a despertar o interesse e a ocupar lugar na vida da comunidade, mesmo se longe vai o mundo em que havia lugar para os serões músico-literários que teimaram em persistir até há algumas décadas em muitos lugares “da província” e foram desaparecendo quase em simultâneo com os folhetins do rodapé dos jornais.

Nesse mundo, uma boa parte do prestígio social auferido pela literatura e pelos estudos literários provinha de uma relação interdisciplinar em que detinham inegavelmente uma posição privilegiada como ponto de convergência da cultura, e a que o ensino, desde os graus mais elementares, dava expressão. O encanto de um ensino eficaz passava precisamente por se eleger a área do Português como centro de convergência dos conhecimentos das outras áreas e dela fazer derivar a difusão mais ou menos gratuita da cultura literária⁷. Aliás, até há pouco tempo, a unidade entre a língua, a literatura (popular e erudita) e a história marcavam o 2.º ciclo do ensino básico, quando o estágio e a profissionalização dos licenciados em História no 1.º grupo lhes abria, com as vantagens e desvantagens daí advenientes e que facilmente se adivinham, a possibilidade de leccionarem tanto a História e Geografia como a disciplina de Português, entendida esta como Língua e História Pátria.

Pode considerar-se que este entendimento se enquadra ainda no espírito da procura e caracterização da alma nacional empreendida pelos oitocentistas e por algumas correntes de novecentos. O uso deu razão a que grande parte das “histórias da literatura” abra com uma secção dedicada às origens da língua, seguindo a ideia de que a afirmação da língua vernácula se faz através do seu uso literário. Assim, por exemplo, Almeida Garrett dedica as primeiras páginas do seu *Bosquejo da História da Poesia e da Língua Portuguesa*, à “Origem de nossa língua e poesia”⁸, numa tradição que se mantém nos nossos dias, como testemunha um dos compêndios mais vulgarizados entre nós, a *História da Literatura Portuguesa* de Óscar Lopes e António José Saraiva).

⁷ Por “cultura literária” entenda-se, de acordo com José Augusto Cardoso Bernardes, uma “soma de conhecimentos, compromissos e afectos normalmente capitalizados a partir do convívio com os livros e aquilo que os envolve em termos de enquadramento contextual” (Bernardes, 2010, p. 39).

⁸ O ensaio de Garrett foi publicado como estudo introdutório à antologia *Parnaso lusitano ou poesias selectas dos autores portuguezes antigos e modernos* (“Historia abreviada da lingua e poesia portugueza”, anunciava-se na capa do livro).

A aliança do par Língua e Literatura persiste ainda na tradição filológica, mas tende a desaparecer nos cursos universitários, como resultado natural da especialização cada vez mais sensível dos ramos que entretanto se foram autonomizando (já contestada na sua aplicação quase directa a níveis do ensino mais elementares). Mesmo na designação das disciplinas, tanto do secundário como do universitário, em que *Língua Portuguesa* substitui *Português*, e até *Inglês* ou *Latim* se vêem preteridos em muitos cursos a favor de *Língua Inglesa* ou *Língua Latina*, se mostra bem a subalternização do peso da cultura que estava subjacente à aprendizagem de uma língua, vista agora quase exclusivamente como meio de comunicação, como simples instrumento linguístico que se domina de modo mecânico.

Convém não esquecer que um dos campos mais importantes e que maior visibilidade dava aos estudos literários era, sem dúvida, o reconhecimento da autoridade modelar do texto escrito, numa atitude de aceitação social que pragmaticamente se associava ao ensino da língua, muitas vezes apoiado na estilística e na retórica. Quem soubesse ler bem e tivesse bons modelos, saberia escrever e falar.

Considerava-se então natural que o estudo de uma qualquer língua, materna ou estrangeira, fosse guiando o aluno ao conhecimento da literatura, pela leitura e estudo de obras escritas nessa língua. Assim, num raciocínio que se aplicava também à língua materna, ao fim de alguns anos de prática, a leitura do texto literário, que vinha substituir os textos forjados especialmente para a aprendizagem, não deixava de ser encarada como forma de treino linguístico, mas era também compreendida como recompensa, uma vez que, além de marcar a passagem à leitura “adulta”, permitia alcançar o domínio do artístico e do refinamento cultural, considerados os mais significativos da actividade linguística. Pelas mesmas razões, tornava-se também natural o emparelhamento nos cursos universitários de Línguas e Literaturas, mesmo se nem sempre o

aluno inclinado a escolher as línguas se visse de bom grado a estudar também literatura — e, habitualmente, a literatura preponderava sobre as outras componentes científicas.

A separação poderá justificar didacticamente o teste de interpretação feito na base da resposta Verdadeiro/Falso ou de escolha múltipla; mas de qualquer outro ponto de vista torna-se incompreensivelmente empobrecedora da actividade e das oportunidades de aprendizagem, explícita ou implícita, em sala de aula, e, sobretudo, torna a aprendizagem de uma língua, materna ou estrangeira, bem menos interessante sob o ponto de vista cultural. Isto, quando cada vez se insiste mais na capacidade de alicerçar na língua um sentido de comunidade muito forte, que pode até ultrapassar as fronteiras da identidade nacional.

A perda de prestígio dos estudos da literatura resultou também de terem deixado de ocupar um lugar central, ou ao menos influente, no estudo da língua a partir da escolarização. Dificilmente, quando se pensa hoje em literatura, se lhe associa a autoridade que lhe advém de nela se cristalizar a “plenitude funcional da língua”, segundo a consagrada concepção do linguista Eugenio Coseriu⁹. No entanto, junto do público, traduzia-se este conceito na ideia de o escritor fazer “bom uso” da língua e de, por conseguinte, no texto literário se poder encontrar a autoridade a que até os dicionários e gramáticas recorrem. Ou, provavelmente de uma maneira mais exacta, talvez essa noção de haver possibilidades insuspeitadas de expressão linguística, de correcção e propriedade estilística tenha, também ela, perdido a sua importância social — ao menos, de uma forma declarada. Por um lado, porque a literatura contemporânea, ou uma parte significativa, procura utilizar a língua corrente, aproximando-a, tanto quanto possível, da norma quotidiana; por outro, porque a espontaneidade

⁹ Cf. “Tesis sobre el tema ‘lenguaje y poesía’” (Coseriu, 1985), onde a expressão ocorre na p. 203. É também fundamental para a compreensão deste conceito o ensaio “Sistema, norma y habla” (Coseriu, 1973).

e a expressividade de uma comunicação imediata são, ao menos numa reacção momentânea (mas talvez também com certa margem de hipocrisia ou de adormecimento imponderado), valorizadas em detrimento de um discurso mais elaborado e artificioso, igualmente expressivo, mas menos directo¹⁰.

O estudo de uma gramática, agora ligado explicitamente ao uso, à prática de formulação activa do discurso e menos à sua recepção, tornou-se dependente da previsibilidade do discurso quotidiano e corrente (o que, tanto no curso geral como no secundário, também não atrai grandemente os alunos, nem os integra num mundo diferente do seu original). O texto literário é assim afastado da aula de Português e considerado pelos estudos linguísticos com a desconfiança própria do domador que não consegue interpretar as feras que tenta amansar.

Neste rumo de isolamento que conheceram os estudos literários é necessário contar também com a progressiva emersão dos estudos linguísticos, que foram conquistando o seu crédito científico e o seu espaço de actuação.¹¹ Denunciando o carácter formalista em que, na sua generalidade, os estudos literários inflectiram a partir de meados do século XX, e declarando-o pouco consentâneo com a actividade de didáctica da língua, a Linguística tomou conta de um espaço que, se não estava vago, estava pelo menos vulnerável, e impôs, sem grande dificuldade, a análise do discurso pragmático, quotidiano, e uma perspectiva sincrónica que se aliou ao interesse pelo contemporâneo.

¹⁰ Não é dos nossos dias a escolha de Aquilino Ribeiro, quando acentua o poder de caracterização psicológica do artificialismo voluntariamente dominante na linguagem rústica do almocreve que conta a sua vida em *O Malhadinhas*. No “Prefácio” à obra, explica o próprio autor que desprezou a imitação imediata da linguagem popular para a “filtr[ar], mais na substância do que na forma”, e assim “poupar ao oiro verbal as suas pepitas preciosas” (Ribeiro, 1978).

¹¹ Dir-se-ia que a afirmação da Linguística como ciência impôs o sacrifício da sua ligação com o carácter enciclopédico dos interesses da Filologia, não se tendo ainda estabelecido um ponto de equilíbrio entre os estudos linguísticos e os estudos literários. Sobre os frutos a colher da articulação interdisciplinar entre os dois campos, vejam-se as judiciosas observações de Aguiar e Silva no ensaio “Horizontes de uma nova interdisciplinaridade entre os estudos literários e os estudos linguísticos” (Aguiar e Silva, 2010 a).

A força reivindicativa dos estudos linguísticos esqueceu-se, como continua aliás a não se sublinhar devidamente que, levados por um natural desenvolvimento do saber, os especialistas da Linguística trilharam também o caminho de progressiva formalização, tendo atingido um grau inconciliável com a prática pedagógica e didáctica da língua a nível escolar¹². As consequências já se fazem sentir, mas o certo é que os estudos literários não puderam, ou não souberam ainda, mostrar que conceberam novas maneiras de tornar atractiva e útil a presença da literatura na escola, num relacionamento com o estudo da língua forçosamente diferente daquele que era usual.

Ora se os argumentos que temos vindo a expender se aplicam de uma forma geral à literatura, compreende-se facilmente que a literatura portuguesa clássica estará ainda em posição de maior desvantagem... Com efeito, se a valorização do presente, em vez de incorporar a história e dar significado ao passado, levar ao apagamento até da memória cultural que faz parte da identidade e do património colectivo e individual, deixará de haver lugar na sociedade para épocas tão remotas como sejam os séculos XVI, XVII e XVIII. Durante uns tempos, procurando ocasiões mais propícias, refugiar-se-ão na Universidade, que, mesmo depois de ter adoptado o uso das línguas vernáculas, já no século XVIII e XIX, continua a abrigar a filologia clássica¹³. Não é de hoje a observação de que os alunos universitários, postos perante a hipótese de estudarem autores e textos contemporâneos ou do passado, optam, na sua maioria, pelos que lhes são temporalmente mais próximos, numa preferência que é confirmada pelas dissertações de mestrado e doutoramento

¹² Num nível superior, diga-se que esta situação parece prolongar, à distância do tempo, a situação verificada pela afirmação da Linguística face à Filologia.

¹³ Tem sido tema de preocupação actual a precaridade desse refúgio universitário, permeável, ele também, à contínua querela entre antigos e modernos, e à necessidade de acompanhar as tendências da cultura e da ciência de cada época. Entre nós, foi lucidamente analisada por Vítor Aguiar e Silva em “Reflexões tempestivas sobre a crise das humanidades” (Silva, 2010 b, pp. 53-74).

que se têm vindo a produzir nas universidades portuguesas. Mas o que nos parece mais preocupante é que os nossos dias têm não só acentuado, com certa ferocidade, essa distância temporal e uma certa incapacidade em a transpor, como têm também imposto a ideia de os estudos literários serem improdutivos, quando, afinal, seria do interesse geral promover a atitude contrária e sublinhar a sua utilidade.

Com efeito, pensamos que, analisados com algum rigor, os intuitos do estudo da literatura e os objectivos actuais da sociedade são convergentes, nomeadamente no que ao ensino universitário diz respeito.

Essa circunstância resulta, em primeiro lugar, de uma observação que decorre do próprio papel atribuído à Universidade e aos seus cursos, nomeadamente à licenciatura. É que, sendo preocupante que, como era notícia em 2011, o estudo das humanidades já não cativasse a juventude, a ponto de os cursos em que normalmente se criavam as elites nacionais deixarem de ter procura¹⁴, também é certo que a Universidade portuguesa se vem esforçando para deixar de ser a universidade que hierarquiza e procede a uma clivagem entre a população, para tentar generalizar a frequência do ensino superior, acompanhando assim a tendência comum do Ocidente. A comunidade, que dantes via na Universidade um motivo de progresso intelectual de uma elite nacional, mudou de atitude. Já não se trata de optar entre os tradicionais modelos napoleónico e humboldtiano, nem de fazer reviver a universidade liberal anglo-saxónica, mas sim de erigir um novo padrão, mais consentâneo com a sua própria alteração (Rocha, 2012). Neste novo paradigma, que simbolicamente encontrou em

¹⁴ Intitulado “As elites já não querem estudar Letras”, o artigo, assinado por Alexandra Prado Coelho e publicado no jornal *Público* de 8 de Maio de 2011, não se limitava a apresentar dados estatísticos, mas, socorrendo-se com perspicácia de testemunhos autorizados, apresentava as consequências previsíveis desta alteração. Em contrapartida, anos depois, no *Diário de Notícias* de 23 de Outubro de 2019, Ana Mafalda Inácio oscilava entre o espanto e a aprovação: “Tiveram médias de 16 a 18 e foram estudar Português, História e Filosofia”.

Bolonha, cidade-mãe da Universidade moderna, a sua inspiração, a licenciatura torna-se uma exigência social, numa tentativa declarada de formar cidadãos habilitados a cumprir com autonomia os papéis sociais que lhes caberão.

Ao mesmo tempo, a sociedade passou a perspectivar a Universidade segundo os critérios utilitários por que pauta todas as suas avaliações e a exigir-lhe, por isso, que vá ao encontro dos seus interesses imediatos, ou, pelo menos, que não se afaste *excessivamente* das actividades do quotidiano social.

Com isso, deveria reconhecer que a formação literária a nível universitário tem condições para corresponder às exigências que o paradigma de Bolonha consagra quando atribui aos cursos de 1º ciclo três grandes missões: proporcionar um saber amplo de índole civilizacional, fomentar o espírito reflexivo e estribar a dimensão social do indivíduo.

Dito de outra forma, a licenciatura passa a ser *apenas* um passo da educação. E, provavelmente, pressões sociais e pragmáticas contribuirão para que não seja o último curso na vida de muitos diplomados. Talvez nem venha a ser o mais decisivo no desenho de uma carreira profissional. Ora, se isto pode ser visto como factor de desmotivação do estudante, pode também abrir portas a outro entendimento dos cursos de letras, e do estudo da literatura em particular. Com efeito, ao deixar de ter em vista um objectivo prioritariamente profissionalizante, o curso passa a ser visto como parte integrante da formação geral, útil para a actividade adulta do estudante.

Parece evidente estarem a criar-se as circunstâncias que poderão recolocar os cursos de humanidades entre os elegíveis na escolha dos candidatos ao Ensino Superior e com isso recuperar os benefícios da educação humanística¹⁵. Torna-se, por conseguinte, incompreensível a fuga, mais ou menos condicionada por pressões sociais, ao campo

¹⁵ Será, naturalmente, necessário acreditar que, como afirmava Antoine Compagnon em 2006, na sua primeira aula no Collège de France, “il est temps de faire à nouveau l’ éloge de la littérature, de la protéger de la dépréciation, à l’ école et dans le monde” (Compagnon, 2007, p. 59).

das humanidades e a opção por áreas que, afinal, sob o manto da adequação ao mundo laboral, conduzirão às mesmas ocupações, com a agravante de oferecerem ao estudante apenas um treino conveniente ao desempenho de uma profissão determinada, sem a preocupação de formação integral. No fundo, parece que os homens dos estudos literários ainda não conseguem fazer vingar a ideia que Todorov (2007, pp. 88-9) condensa nestes termos:

L' objet de la littérature étant la condition humaine même, celui qui la lit et la comprend deviendra, non un spécialiste en analyse littéraire, mais un connaisseur de l' être humain. Quelle meilleure introduction à la compréhension des conduites et des passions humaines qu' une immersion dans l' œuvre des grands écrivains qui s' emploient à cette tâche depuis des millénaires?

Acrescenta ainda, numa interrogação que parece jogar com a evidência:

Avoir comme professeurs Shakespeare et Sophocle, Dostoïevski et Proust, n' est-ce pas profiter d' un enseignement exceptionnel?

Muitos outros testemunhos se poderiam invocar, e sobre eles cairia certamente a suspeita de provirem de gente de tal forma afecta à literatura e aos estudos literários que não poderia deixar de ter um raciocínio semelhante; contudo, sobre Todorov pesa também a suspeição de ter sido um dos intelectuais que mais contribuiu, consciente ou involuntariamente, para a mecanização e esvaziamento dos estudos literários junto de um público imaturo. Aliás, ao evocar episódios autobiográficos, com certa tonalidade de contrição, ele próprio enfatiza como, na Bulgária dos seus tempos de estudante, optar pelo estudo de aspectos formais das obras lhe permitiu elidir a formulação de juízos e a questão do sentido, que reconhece agora como centro e principal objectivo dos estudos literários.

É esse significado humano e o papel das humanidades na formação de uma consciência crítica e autónoma que urge recuperar e pôr em evidência nos estudos literários, fazendo valer o contributo

de décadas de afirmação de um quadro teórico e metodológico próprio que se impôs perante a comunidade científica. Porque a verdade é que, se não tivessem dado esse passo, os Estudos literários não teriam agora a possibilidade de se adaptar às novas exigências e aos interesses que presidem à sociedade actual e, simultaneamente, contribuir para a sua dignificação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA GARRETT

1926 *Parnaso Lusitano ou poesias selectas dos autores portuguezes antigos e modernos*, tomo I, Paris, J. P. Aillaud.

BAYARD, Pierre

2007 *Comment parler des livres que l'on n'a pas lus?*, Paris, Minuit.

BERNARDES, José Augusto Cardoso

2010 *Cultura Literária e Formação de Professores*, separata de *Colóquio de Didáctica. Língua e Literatura*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

BESSA-LUÍS, Agustina

2001 “Para onde vai a literatura em Portugal?”, in Alfredo Dinis, *Para Onde Vai a Cultura Portuguesa?*, Braga, Universidade Católica Portuguesa.

BLOOM, Harold

2011 “Uma Elegia em louvor do Cânone”, in *O Cânone Ocidental*, Lisboa, Círculo de Leitores (título original: *The Western Canon – The Books and Schools of the Ages*, 1994).

COMPAGNON, Antoine

2007 *La littérature, pour quoi faire?*, Paris, Collège de France – Fayard.

COSERIU, Eugenio

³1973 “Sistema, norma y habla”, in *Teoría del lenguaje y lingüística general. Cinco estudios*, Madrid, Gredos.

1985 “Tesis sobre el tema ‘lenguaje y poesía’”, in *El hombre y su lenguaje. Estudios de teoría y metodología lingüística*, Madrid, Gredos.

CUNHA, Carlos

2002 *O Nascimento da Literatura Portuguesa*, Braga, Editorial Nova Educação.

JAUSS, Hans Robert

1996 “Tradição literária e consciência da modernidade”, in Heidrun Krieger Olinto, *Histórias de Literatura. As novas teorias alemãs*, São Paulo, Editora Ática, pp. 47-100.

PENNAC, Daniel

1992 *Comme un roman*, Paris, Gallimard.

PINGAUD, Bernard

1971 “Le point de vue de l’ écrivain”, in Serge Doubrovsky e Tzevetan Todorov (dir.), *L’ enseignement de la littérature*, Paris, Librairie Plon, pp. 3-11.

QUEIRÓS, J. M. Eça de

2000 “A decadência do riso”, *Notas Contemporâneas*, Lisboa, Livros do Brasil.

REIS, Carlos (2006), “O *day after* de uma crise: novos horizontes da leitura”, in Augusto Soares da Silva *et al.*, *Novos Horizontes para as Humanidades*, Braga, Universidade Católica Portuguesa, pp. 67-88.

RIBEIRO, Aquilino

1978 *O Malhadinhas*, Lisboa, Bertrand.

ROCHA, Acílio Estanqueiro

2012 *A Universidade, entre Autonomia e Heteronomia*, separata de *Scientia Iuridica*, tomo XII, n.º 328.

SILVA, Vítor Aguiar e

2010a “Horizontes de uma nova interdisciplinaridade entre os estudos literários e os estudos linguísticos”, in *As Humanidades, os Estudos Culturais, o Ensino da Literatura e a Política da Língua Portuguesa*, Coimbra, Almedina, pp. 147-69.

2010b “Reflexões tempestivas sobre a crise das humanidades”, in *As Humanidades, os Estudos Culturais, o Ensino da Literatura e a Política da Língua Portuguesa*, Coimbra, Almedina, pp. 53-74.

STEINER, George

2011 *Errata. El examen de una vida*, Madrid, Ediciones Siruela.

TODOROV, Tzevtan

2007 *La littérature en péril*, Paris, Flammarion.